

Forte Príncipe da Beira

*Paulo Roberto Rodrigues Teixeira
Amanda Amorim*

Localizado à margem direita do Rio Guaporé, no estado de Rondônia, desabrochando no meio da selva amazônica, ali está a majestosa relíquia da arquitetura militar luso-brasileira: o Real Forte Príncipe da Beira.

Percorrendo o que resta de suas ruínas, cuja construção coube a D. Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, iniciamos esta reportagem homenageando nossos antepassados que, em região inóspita, erigiram esse marco da soberania nacional em terra tão distante.

Suas muralhas testemunham a ousadia e a perfeição dos seus construtores. Refletem a vontade e a determinação de corações cheios de fé, que acreditavam no seu trabalho, dispostos a enfrentar a adversidade

e a agressividade da selva: os animais selvagens, as doenças tropicais, a alimentação difícil e, até mesmo, ameaças de confrontos com povos vizinhos.

Esse Forte é símbolo da vontade nacional. Retrata bem a presença do homem e o seu esforço para preservar a integridade territorial da colônia portuguesa na América.

Hoje, prosseguimos em busca da restauração e conservação do precioso sítio histórico, herança daqueles que lutaram para edificá-lo e mantê-lo, presentando-nos com esse valioso acervo.

O projeto está pronto.

Vamos mostrar algo que surpreenderá aos que verão concluída esta obra.

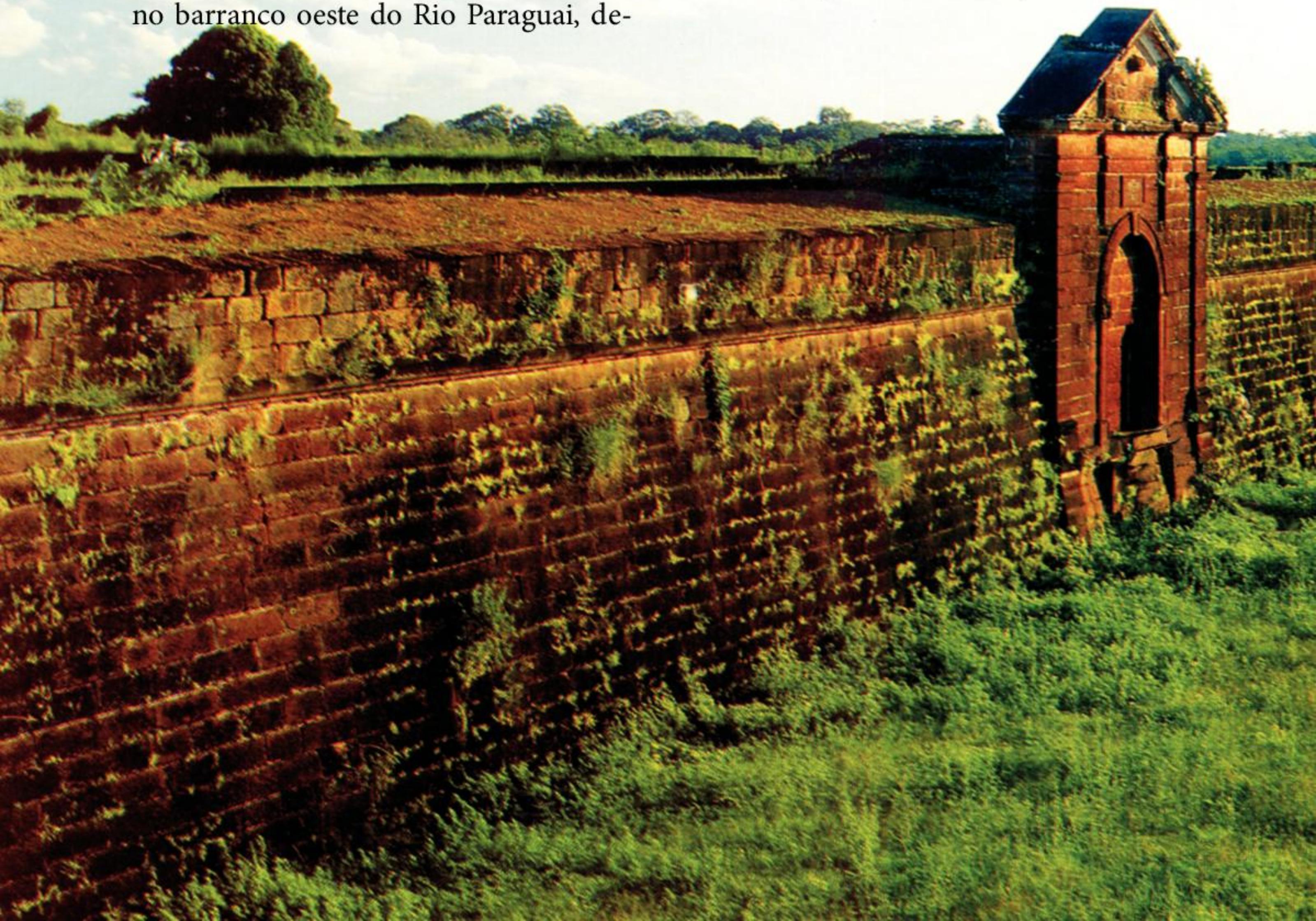


História

Foi durante o reinado de D. José I, Rei de Portugal, que o estadista, ministro e personagem de destaque do governo, Sebastião José Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, lançou as bases da colonização da Amazônia. Decisões estratégicas de grande alcance foram tomadas, destacando-se a criação da Capitania de Mato Grosso e a construção de um verdadeiro cordão de fortés e fortins, a fim de barrar as vias de penetração que do Oeste atingiam a região central da Amazônia. Essas fortalezas assinalaram e asseguraram a expansão do território brasileiro para o norte e para o oeste. O Forte Príncipe da Beira era uma delas. Com a mesma finalidade, o Forte de Coimbra, localizado no Sul de Mato Grosso no barranco oeste do Rio Paraguai, de-

sempenhou ativo papel em operações de guerra, defrontando, valentemente, forças poderosas. A primeira operação foi em 1801, quando combateu os espanhóis. Na segunda, em 1864, reagiu heroicamente aos invasores paraguaios. Também o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, situado nas proximidades do Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé, por duas vezes enfrentou os castelhanos, vencendo-os, ainda que com menor poder de combate.

O Real Forte Príncipe da Beira, baluarte da longínqua fronteira, impôs, por sua imponência e austeridade, o respeito e o temor ao inimigo, mantendo-se intocável durante todo o período da história em que houve ameaça externa.



Construção

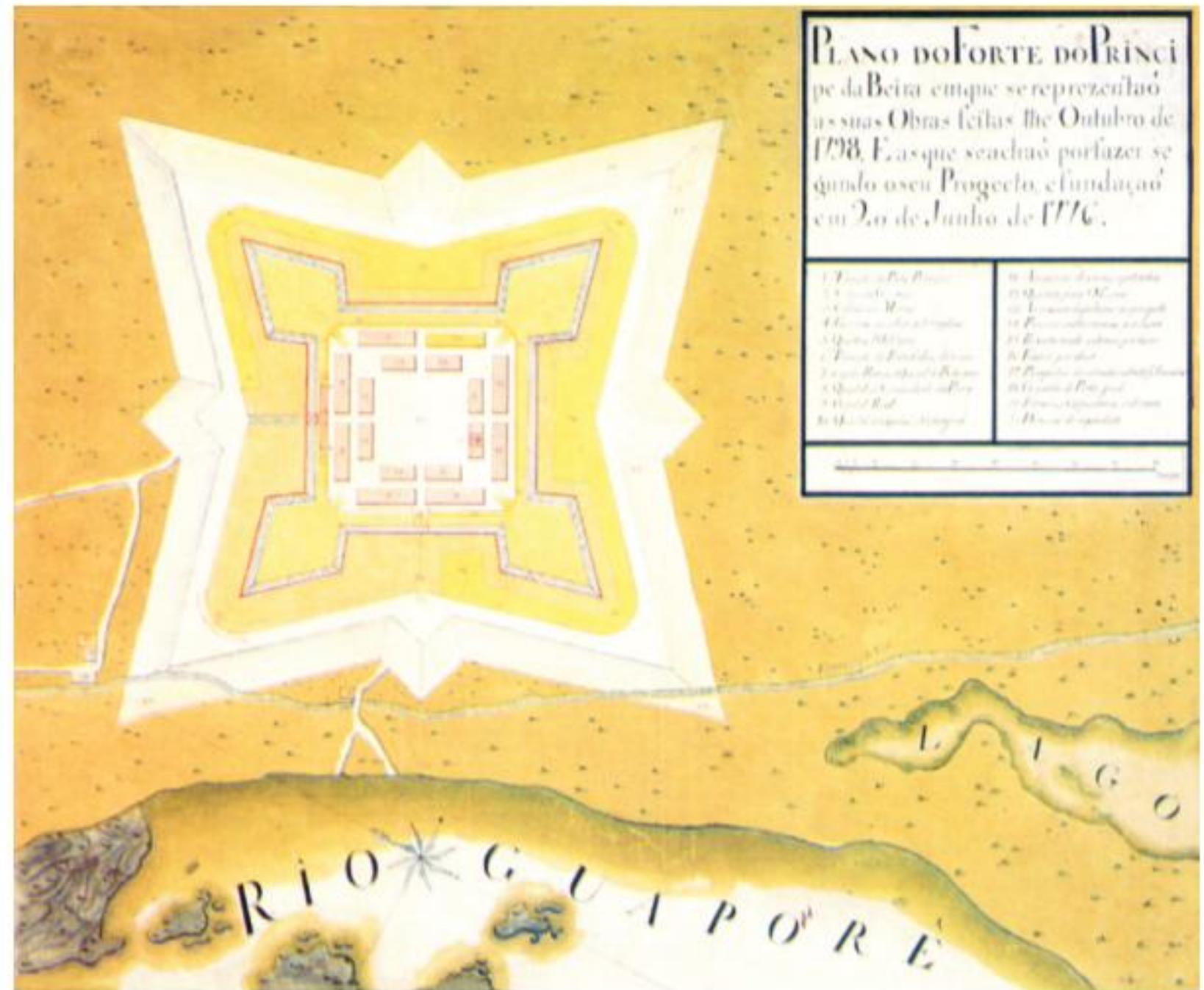
A pedra fundamental da construção foi lançada em 20 de junho de 1776 e as obras foram concluídas em agosto de 1783. O primeiro comandante foi o Capitão de Dragões José de Mello da Silva Villena. D. Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres criou esse baluarte, visando inicialmente à consolidação do domínio português na calha do Rio Guaporé, diante da ameaça expansionista do Vice-Reinado do Peru. A ideia não era uma construção similar à do Forte Coimbra, mas sim uma verdadeira fortaleza com todos os requisitos da Engenharia Militar. Para tal empreitada foi escolhida uma lomba da Serra dos Parecis, dois quilômetros a montante de Conceição, na margem direita do Rio Guaporé. A

falta de recursos, as longas distâncias, a aproximação dos espanhóis, bem como todas as dificuldades foram registradas por D. Luiz de Albuquerque quando disse:

“A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra a serviço dos homens de El-Rei, nosso senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê... é serviço de Portugal. E tem que se cumprir.”

O Real Forte Príncipe da Beira é um quadrado de conformidade com o sistema Vauban ou de praças, que utiliza a fortificação de bastiões, possuindo um perímetro de 970 metros, com muralhas de dez metros de altura, quatro baluartes, sendo cada um armado





com 14 canhoneiras. Em torno do Forte, um longo e profundo fosso obrigava o ingresso através somente da ponte elevadiça que conduzia à monumental e única porta com cerca de três metros de altura, aberta na muralha norte. No seu interior, existiam 14 residências, destinadas ao comandante e aos demais oficiais, uma capela, um armazém e depósitos.





As pedras usadas na construção, inicialmente, foram trazidas de Belém, por via fluvial (rios Amazonas, Madeira e Guaporé); posteriormente, passaram a vir de Albuquerque ou de Corumbá, em Mato Grosso, subindo a calha do Rio Paraguai e seus afluentes da margem direita e dali eram transportadas por terra. Essas pedras percorriam mais de mil quilômetros antes de atingir a área do forte. A mão de obra foi trazida do Rio de Janeiro e de Belém. Mais de 1.200 homens, entre eles aproximadamente mil escravos, trabalharam na construção, cujo término ocorreu seis anos depois, em agosto de 1783.

As peças de artilharia levaram muito tempo para chegar ao destino. Dados confirmados em documentos registram que quatro de seus canhões – os de bronze, calibre 24 – foram enviados do Pará somente em 1825, sendo transportadas pelo Rio Tapajós, uma viagem que levou cinco anos para se completar.





Abandono

Existe um vazio histórico de mais de um século, após o término do primeiro comando do Forte. Está registrado apenas que, em 1889, ano da Proclamação da República, o velho Forte foi desativado, por medida de

economia do governo recém-instalado. A partir daquele ano, tiveram início os saques e as depredações, tanto por brasileiros quanto por bolivianos. Tudo que pudesse ser aproveitado e carregado foi retirado



pelos que por lá transitaram. Canhões foram espalhados ou até mesmo vendidos para navios ingleses em Antofagasta, na costa do Pacífico.

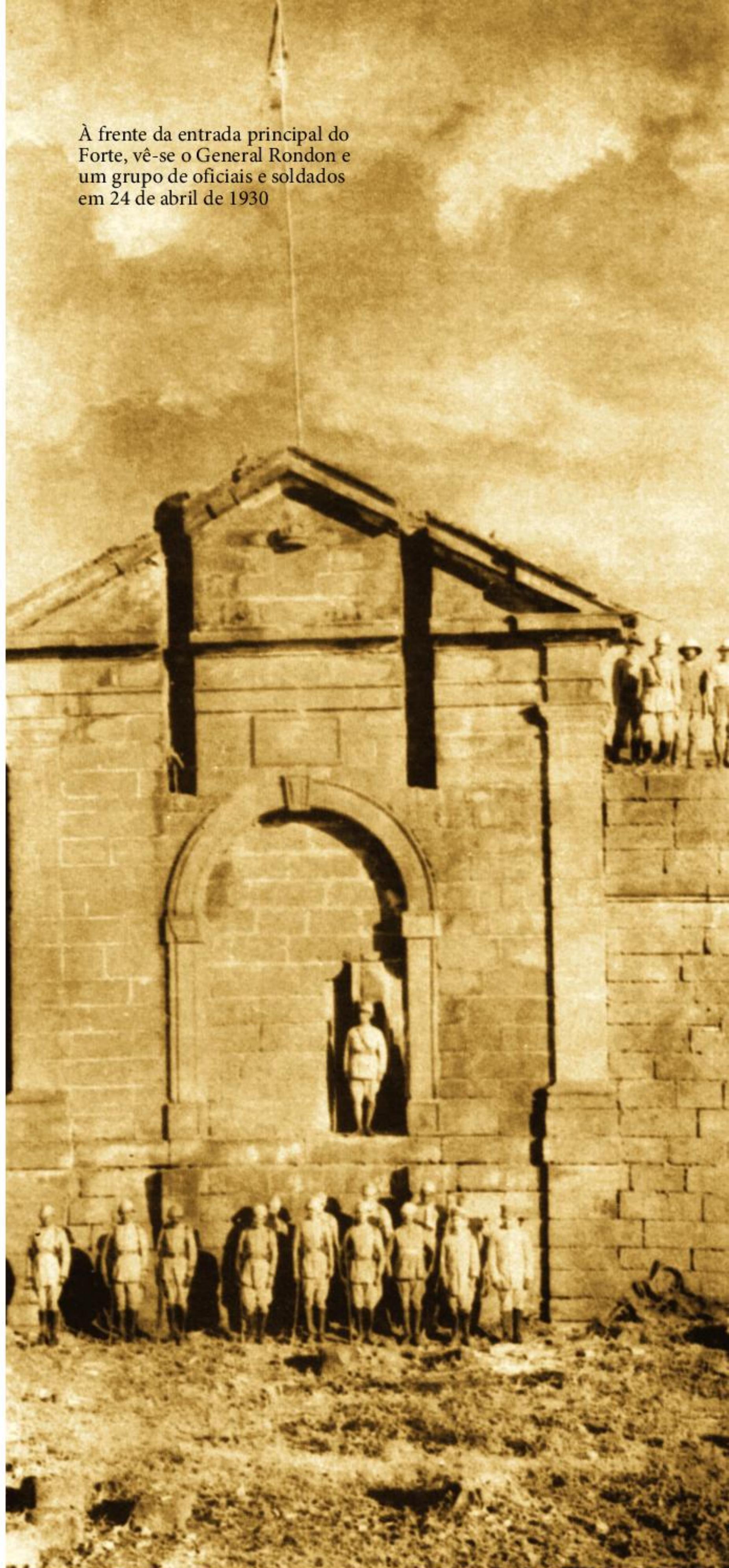
Redescoberta

Em 1914, Rondon, em suas explorações pela região, encontrou vestígios da fortificação e constatou o abandono do rico e histórico patrimônio, já danificado e depredado. Restava apenas ruína do que fora o majestoso Real Forte Príncipe da Beira. Em 1930, o general retornou em inspeção ao mesmo local, deixando registradas sua passagem em uma placa alusiva à data em que foi criado um contingente especial de fronteira.



Desde a passagem de Rondon pela região, o Exército ali esteve sempre presente. Primeiro, com o 4º Pelotão de Fronteira; em 1954, com o 7º Pelotão de Fronteira e, em 1977, com o 3º Pelotão Especial de Fronteira. Em 1950, o monumental Forte foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

À frente da entrada principal do Forte, vê-se o General Rondon e um grupo de oficiais e soldados em 24 de abril de 1930



Atualmente, o 1º Pelotão Especial de Fronteira “Real Príncipe da Beira”, integra o 6º Batalhão de Infantaria de Selva do Comando de Fronteira de Rondônia.

Sua missão é preservação e manutenção desse rico patrimônio.

As guarnições do passado ocupavam as instalações do Forte, e, das muralhas e baluartes, vigiavam dia e noite, como também nos rios Guaporé e Igarapés, buscando indícios da presença do inimigo em nosso território, como possíveis ameaças à integridade da Colônia. Assim fizeram durante muitos anos.

Deixamos a expressão usada pelo General Rodrigo Otávio, ex-comandante do

Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), que soube entender a grandiosidade e responsabilidade dos que servem, trabalham e vivem naquela região, mas que não se esqueceu daqueles que pagaram um alto preço para conquistá-la.

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a dos nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.”

Rodrigo Otávio Jordão Ramos

Vista parcial das instalações do 1º Pelotão Especial de Fronteira Destacado, vendo-se ao fundo as ruínas do Real Forte Príncipe da Beira



Revitalização

O Exército é o gestor e responsável pela manutenção dos fortes espalhados em todo o território nacional, em sua grande maioria, protegidos por instituições de preservação. Nesse sentido, desenvolve, por sua Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHCEx), políticas institucionais voltadas para a revitalização, recuperação e demais intervenções nesses edifícios, a fim de chancelar o patrimônio histórico como um direito social, que precisa ser conservado e acessível a todo cidadão brasileiro.

O projeto de revitalização do Real Forte Príncipe da Beira foi iniciado como uma ilha de ação mais robusta e efetiva para recuperar a edificação. Reuniu as devidas partes interessadas, como o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), Universidades, além do Ministério Público Federal, o Governo do Estado de Rondônia e a Prefeitura Municipal de Costa Marques.

Entrada do Forte



Está fundamentado em três pilares: Revitalização, Arqueologia e Sustentabilidade, prevendo a consolidação, restauração e intervenção contemporânea do Forte e do seu entorno, como também a implementação de um centro de visitação para potencializar atividades turísticas, a construção de uma nova capela, recuperação dos acessos ao porto e iluminação cênica. Ainda, propõe um Plano Diretor urbano turístico, considerando o resgate da memória da comunidade local e as ações para o desenvolvimento do entorno.

A sua importância é muito grande.

Assim se expressou o historiador Adler Homero Fonseca de Castro: “É um dos fortes mais isolados do país, sendo um equipamento fundamental para manutenção do território e considerado um dos melhores de fortificação abaluartado construído.”

A restauração será edificante.

Não sabemos quando será concluída. Temos certeza de que, pelo empenho no trabalho que vem sendo realizado, teremos mui breve o “Real Príncipe da Beira” revitalizado, para que todos vejam a riqueza do legado deixado pelos nossos antepassados.

Referências

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2017.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Coronel de Infantaria e Estado-Maior, é natural do Rio de Janeiro. Tem curso de Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Assessor da FUNCEB e Diretor da Revista DaCultura.

Amanda Amorim

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2006) e pós-graduação em Gestão de Projetos pela Universidade Estácio de Sá (2015). Atualmente é Oficial Técnico Temporário do Exército Brasileiro, arquiteta, Adjunto da Seção de Patrimônio e Planejamento Cultural da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx).